

## TAXA DE MARINHA

# Demarcação de terrenos em Vila Velha é suspensa

Segundo a bancada capixaba, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, suspendeu, provisoriamente, as novas delimitações

Marcos Rosetti  
Kariny Baldan

Após se reunir ontem com a bancada capixaba, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, mandou suspender, ainda que provisoriamente, todas as demarcações de novos terrenos de marinha em Vila Velha.

O cadastro dos novos imóveis seria feito pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU), órgão subordinado ao ministério.

Na quarta-feira, o ministro volta a se reunir com a bancada para apresentar, segundo o deputado federal Max Filho, prefeito eleito da cidade, uma decisão definitiva. “Ele vai consultar advogados do ministério e apresentar uma decisão estruturada”, disse Max, para quem a cobrança da taxa em Vila Velha seria inoportuna, antipática e descabida.

“O ministro alegou que está sendo pressionado pelo TCU e MPU

“O ministro alegou ser pressionado pelo TCU e MPU para fazer demarcações. E que, assim, dobrará a receita da SPU”

Max Filho, deputado e prefeito eleito



COQUEIRAL de Itaparica, onde poderá haver cobrança: na próxima quarta, ministro volta a se reunir com a bancada

(Tribunal de Contas e Ministério Público da União) para proceder novas demarcações em todo o País. E que, se isso ocorrer, dobrará a receita anual da SPU. Hoje, o órgão arrecada mais de R\$ 700 milhões por ano só com taxa de marinha.”

O deputado federal Lelo Coimbra disse torcer para que a decisão, provisória, seja “eterna”.

“Contra essa cobrança temos duas frentes de luta, a judicialização e a votação de projeto pelo Congresso”, disse ele, que integra

a Comissão Especial da PEC 39, que extingue os terrenos de marinha no País. Lelo anunciou que vai entrar, junto a um grupo de entidades sociais, com ação na Justiça contra a cobrança.

“No Estado, são 58 mil terrenos de marinha, 49 mil só em Vitória. Se não tomarmos providência, vão cadastrar toda orla capixaba”, disse Lelo, que acredita que neste ano a Câmara aprove a PEC.

Outro deputado que participou da audiência, Jorge Silva acredita

que a decisão a ser anunciada na próxima quarta será favorável a quem mora no Estado: “O ministro está ciente da complexidade”.

O deputado Helder Salomão também se manifestou contra a União: “Assinamos documento exigindo que o governo Temer retire essa medida absurda que vai prejudicar muitos capixabas.”

Os senadores Rose de Freitas, Ricardo Ferraço e Magno Malta, e o deputado Marcus Vicente também participaram da reunião.

## “Se depender da União, a cidade inteira é da Marinha”

A maior parte da população de Vila Velha pode ser afetada pela demarcação da área de marinha. O parâmetro usado pela União é muito abrangente, diz o presidente da Comissão de Direito Imobiliário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Gilmar Pereira Custódio.

A demarcação é feita a 33 metros da linha preamar média de 1831, ou seja, o limite do oceano naquele ano: “O que era mar na época, hoje não é mais. Dentro dos critérios da União, Vila Velha inteira poderia ser área de marinha, até porque inclui as margens dos canais.”

Caso a demarcação seja feita, na avaliação de Custódio, haverá uma invasão ao direito de propriedade: “É uma afronta constitucional, já que o cidadão perde o domínio do seu bem. Ele sai da condição de dominante e vira ocupante.”

A estimativa é de que 160 mil moradores sejam afetados pela cobrança, de acordo com documento apresentado pela bancada federal do Espírito Santo ao ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, no fim da tarde de ontem.

Na avaliação do economista Antonio Marcus Machado, a medida “inibe a atividade empresarial, porque aumenta o custo de produção e oferta de serviços, e o investimento imobiliário, já que terá um novo custo. É um retrocesso”.

O advogado tributarista Carlos Zagalli Filho enfatiza que a finalidade da medida está ultrapassada. “A delimitação surgiu para que a monarquia protegesse o litoral de invasões. Hoje o contexto é outro.”

O procedimento de reconhecimento da área de marinha no município foi instaurado em agosto, explicou o superintendente do Patrimônio da União do Espírito Santo, José Carlos de Oliveira Machado.

“A demarcação está sendo feita gradativamente em todo o País. Já tem definido o que é propriedade da União. O procedimento é identificar o terreno, cobrar pelo uso do patrimônio e reverter a verba em recursos para políticas públicas.”

A primeira audiência pública para discutir a instauração da taxa estava marcada para ontem à tarde, mas foi adiada. Uma nova data deve ser agendada para o início de 2017.

ADRIANO HORTA – 15/01/2014



CUSTÓDIO: critério abrangente

## Como é a cobrança

Terrenos ficam na faixa de 33 metros a partir da linha de preamar até o continente



### Terrenos de marinha

A partir de uma linha imaginária traçada no litoral brasileiro, todo terreno que estiver a 33 metros da preamar média do ano de 1831 (média de marés altas e baixas) é da União, assim como os aterros, denominados acrescidos de marinha.

### DOIS TIPOS DE TAXAS

**1 TAXA DE OCUPAÇÃO:** Os ocupantes até 1988 pagavam 2% de taxa por ano e o restante, 5%. Com a mudança na lei, todos pagam 2%.

**2 AFORAMENTO:** Os foreiros pagam taxa de 0,6%. Nesse regime, a área é “repartida” entre União e dono.



### LAUDÊMIO

A taxa de 5% é paga por ocupante e foreiro na venda do imóvel e incluía benfeitorias. Com a lei, elas não contam mais.

### SAIBA MAIS

> NO ESPÍRITO SANTO, a cobrança da taxa existe em 14 municípios.

> EM VITÓRIA, 58 bairros têm terrenos de marinha, sendo que 50 estão em área popular. Entre as regiões onde são cobradas as taxas estão Santa Lúcia, Ilha de Santa Maria e Bento Ferreira.

### SAIBA MAIS

#### Áreas em Vila Velha

> AS REGIÕES que serão demarcadas são: do trecho foz do rio da Costa ao bairro Toca (Divino Espírito Santo); na margem direita do estuário (até onde a água do mar entra em contato com a água doce) do rio da Costa; contornando o Morro do Moreno; praia do Ribeiro; Farol de Santa Luzia; praias da Costa, Itapuã e Coqueiral; praias de Itaparica e Barrinha.

> A DEMARCAÇÃO seguirá: adentrando no estuário do Rio Jucu; contornando o morro da Pescaria; passando pelas praias do Peitoril, dos Recifes; praia Grande; praias de Interlagos, da Baleia e Ponta da Fruta; finalizando na divisa com Guarapari.

> SE FOR ADIANTE, após audiências públicas, os proprietários serão notificados para a inscrição, na SPU. Se não comparecerem, serão inscritos mesmo assim e receberão cobrança.

Fonte: SPU.